



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NÚCLEO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS – NUDDH

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA “DIAGNÓSTICO DA DEMANDA DE VIOLÊNCIA POLICIAL DO CRDH 2014-2016”.

13 DE SETEMBRO DE 2016 - PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 3º ANDAR EM PORTO ALEGRE/RS.

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2016 – NUDDH/DPE-RS

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às 14 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado, 3º andar, em Porto Alegre/RS, participaram do evento da Audiência Pública de apresentação da pesquisa “Diagnóstico da Demanda de Violência Policial do CRDH 2014-2016”, juntamente com a Defensora Pública Dra. Mariana Py Muniz Cappellari Dirigente do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NUDDH) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), demais autoridades, servidores, estagiários e integrantes da sociedade civil constantes nas listas de presenças anexa, sendo que os trabalhos foram divididos da seguinte forma: **1) Apresentação da Pesquisa “Diagnóstico da Demanda de Violência Policial do CRDH 2014-2016”, feita pelo GPESC-PUCRS em parceria com o NUDDH, coordenada pelo Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e elaborada pelos pesquisadores Luiza Dutra, Osmar Belusso e Tamires de Oliveira Garcia. 2) Abertura para manifestações dos presentes. 3) Encerramento. 1)** Aberta a audiência, foram saudadas as autoridades presentes e apresentado o tema da audiência pública. É passada a palavra ao Subdefensor Público-Geral para Assuntos Jurídicos, Dr. Thiago Rodrigues dos Santos, que saúda os presentes, a Dirigente do NUDDH, Dra. Mariana Py Muniz Cappellari, e demais autoridades. Afirma que é uma satisfação para a Defensoria apresentar os dados angariados nos anos 2014 a 2016 pelo Centro de Referência em Direitos Humanos. É ressaltado que este é o único Centro de Referência em Direitos Humanos do país que é vinculado à Defensoria Pública. Ressalta que a pesquisa poderá auxiliar no melhor andamento das audiências de custódia. Também é ressaltado o questionário elaborado pelo CONDEGE no que tange às audiências de custódia. É passada a palavra à Dra. Mariana, coordenadora da audiência pública. A Dra. Mariana saúda a presença de todos, Dr. Thiago, Corregedora-Geral da DPE/RS Dra. Adriana Chaves Barcellos, Prof. Rodrigo e alunos pesquisadores. Agradece a presença das instituições e representações presentes, bem como da sociedade civil. Ressalta que a presença de todos é fundamental e necessária para que sejam apresentados os dados coletados no CRDH. Explica que a janela de 2014 a 2016 diz com a existência do CRDH, único gestado pela Defensoria Pública no Brasil, resultante de convênio firmado com o governo federal. Destaca que no CRDH há um enfrentamento da violência contra a mulher e da violência





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

estatal, sendo um dos braços desta a violência policial. Afirma que o CRDH conta com atendimento multidisciplinar para o enfrentamento da violência, indo bem mais além da responsabilização do agente. Em 2014, a então Dirigente, Dra. Alessandra Quines, passou a proceduralizar os dados. Destaca que são mais de 400 (quatrocentos) expedientes em tramitação atualmente, sendo mais de 200 (duzentos) oriundos de violência policial. Conta que, ao iniciar a sua dirigência, procurou o Prof. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo para realizar diagnóstico do trabalho que vem sendo realizado no NUDDH. Esclarece que há 3 (três) esferas de responsabilização: administrativa, criminal e cível. Ressalta que, com base na pesquisa, a Defensoria poderá aperfeiçoar a sua instituição e a sociedade será informada, a fim de que outras instituições também possam se aperfeiçoar. É apresentado o currículo do Prof. Rodrigo e passada a palavra a ele e aos demais componentes do grupo de pesquisa. O Prof. Rodrigo saúda a todos os presentes. Afirma que é sempre uma satisfação trazer o que é produzido na Universidade ao debate público. Ressalta que a Defensoria tem atingido maturidade institucional, atendendo hoje temas de forma mais ampla, cumprindo papel que deveria também ser cumprido por outras instituições. Ressalta que, a partir da EC 45/04, a Defensoria passou a desempenhar papel que precisa ser reconhecido. Afirma que, no Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul, há inclusive instituições que responsabilizam os direitos humanos pela violência e pela criminalidade. Ressalta que o que falta são mais direitos humanos, e não menos. Outro debate que falta é o relativo a práticas policiais abusivas, como se falar sobre isso fosse defender bandido. Destaca que este é debate que vem sendo interdito, o que tem consequências extremamente graves para a democracia. Afirma que não há democracia sem polícia, mas a polícia precisa ser aperfeiçoada. Isso, ressalta, envolve debate muito amplo em relação à reestruturação das polícias. O que se pretende é primeiramente dar visibilidade à questão da violência policial. Assevera que há muitas lacunas que precisam ser aprofundadas nas pesquisas, pelo que muitas coisas ainda ficarão em aberto. O dado ora apresentado é quantitativo e algumas questões precisariam ser aprofundadas de forma qualitativa. A partir de então, são apresentados os dados. Primeiramente, é apresentada contextualização, esclarecendo-se que o período coberto pela pesquisa é de 2013 a junho de 2016, sendo que para cada caso (são 290 o número de expedientes envolvendo violência policial) é preenchido formulário próprio. Foi realizada coleta de dados em 279 casos, pois alguns estavam em carga com os Defensores. Os objetivos da pesquisa são: a) dar visibilidade a um problema que muitas vezes é desconsiderado ou minimizado, sendo que muitas vezes o caso está em registros de ocorrência em que a própria vítima é indiciada. E é a partir do trabalho da Defensoria que a violência policial vem à tona; b) identificar o perfil de vítimas e agressores e o encaminhamento dado ao caso; e c) contribuir para a elaboração e implementação de políticas de controle da violência policial e responsabilização dos agressores. Apresenta-se como primeiro dado o número de casos por ano. Em 2013, foram 73 casos (período anterior à existência do CRDH), que envolvem a região metropolitana de Porto Alegre. Reconhece que há muito mais casos de violência policial





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

do que o que chega na Defensoria, mas a comparação da quantidade de casos por ano já nos mostra algo. Em 2014, foram 67. Em 2015, 81. Até junho deste ano, já se tem a mesma quantidade de casos do ano passado (81). Destaca que há dois elementos a serem ressaltados aqui. De um lado, a Defensoria começa a se consolidar como instituição de referência, de outro, o dado também pode refletir um aumento no número de casos. O Prof. ressalta problema conhecido que é a gratificação a policiais que cometem práticas abusivas. Como exemplo, cita caso que envolveu a culpabilização dos direitos humanos por morte de policial. Nesse sentido, o aumento da violência policial é um dado preocupante. Esse dado do aumento mostra que os discursos têm consequências. Isso também pode demonstrar o aumento das manifestações sociais, nas quais há ação da polícia, muitas vezes de forma despadronizada. Relata que uma coisa é um PADIN encaminhado. Outra coisa é trazer o dado de uma forma mais ampla para poder identificar tendências, lacunas e problemas a serem tratados do ponto de vista institucional. É passada a palavra à pesquisadora Luiza Dutra. Luiza se apresenta e saúda a todos. Afirma que, junto aos demais colegas, fez a pesquisa a fim de averiguar o perfil da vítima e do agressor em casos de violência policial no CRDH, as circunstâncias do fato e os encaminhamentos dados posteriormente. No que tange ao perfil das vítimas, a maioria é do gênero masculino. Na situação de trabalho, a maior parte trabalha, mas há grande parte de “não informados”. Isso em razão da maior parte da coleta ter se dado por pesquisa em boletins de ocorrência, em que as informações não constam de forma completa. Refere que a maior parte das vítimas é de brancos. Contudo, há expressividade de negros e pardos. Lembra que, no Estado do Rio Grande do Sul, o percentual de pessoas autodeclaradas negras e pardas é de 20%. Quanto à faixa etária, a maior parte é jovem. Quanto ao perfil dos acusados, afirma que a maior parte dos policiais agressores são homens, talvez pelo próprio lugar da mulher na instituição policial. Além disso, há uma grande “não informação” quanto aos acusados. Há uma questão da naturalização da violência na instituição, legitimada pela própria sociedade civil e pelo próprio poder estatal. A instituição de vínculo é, na sua maior parte, a Brigada Militar. Quanto à raça do agressor, a maior parte é branco. Quanto à faixa etária, a maior parte é “não informado” e depois jovens. Na maior parte dos informados, são soldados. Prof. Rodrigo, quanto a essa primeira parte da pesquisa, diz que seria importante saber o local de moradia da vítima. Contudo, os demais dados reforçam algumas questões, como a masculinidade violenta, pois os homens são a maior parte, tanto de vítimas quanto de agressores. Em relação à polícia, há identificação de diferenças nos papéis de gênero dentro da polícia. Destaca o número de acusações envolvendo a Brigada Militar, pois isso envolve o debate sobre a desmilitarização da Polícia Militar e a questão de ser uma polícia ostensiva, bem como a formação dada ao policial militar, relativamente ao combate ao inimigo. Destaca que, no mundo inteiro, há polícias com naturezas mais militares, as quais se readequaram em razão do processo de redemocratização, o que reduziu a violência. Uma das mudanças foi o ciclo completo de polícia, ou seja, a polícia que, ao constatar o crime, tem condições de coletar as provas e encaminhar ao





sistema de justiça. Esse é o problema das polícias militares, pois não se reconhece sua capacidade de identificar o crime e coletar provas. Assim, o policial militar transfere essa responsabilidade ao Delegado da Polícia Civil, ou resolve à sua maneira. Destaca a PEC 51, que propõe ampla reestruturação da polícia, inclusive em relação à questão do ciclo da polícia. Destaca que os policiais que atuam na ponta não têm respaldo, pelo que são eles os responsabilizados pelos abusos. Questiona até que ponto esta não seria uma responsabilidade institucional, destacando que há um despreparo que naturaliza a violência e foge ao enfrentamento institucional. A palavra é passada ao pesquisador Osmar Belusso. Osmar dá seguimento à apresentação e fala sobre as circunstâncias do fato. Ressalta que o grande tipo de violação que aparece é a agressão física, mas o dado vem de boletim de ocorrência, pelo que não há como esmiuçar que tipo de agressão seria. Sobre a origem da denúncia, constata que a maioria é da própria DPE/RS, através do próprio CRDH, Defensores plantonistas ou Defensores da ponta. Também há encaminhamentos pela audiência de custódia. Os plantões da Delegacia também encaminham casos, assim como o Disque 100. Na maior parte dos casos, a situação é trazida pelo próprio agredido. Em alguns casos, o relato foi trazido por vizinhos e familiares. Ressalta que 41% das pessoas foram escutadas no CRDH. Em alguns casos, a pessoa tinha o primeiro atendimento no Centro de Referência. Em outros, isso não era possível. É passada a palavra à pesquisadora Tamires de Oliveira Garcia. Tamires ressalta primeiramente que nem todos os expedientes pesquisados estavam concluídos. 72% ainda estavam em andamento, 8% arquivados com ajuizamento de ação, quase 2% arquivados com resolução extrajudicial, menos de 1% com recomendação jurídica, quase 4% arquivados por desinteresse da parte e quase 15% por falta de elementos probatórios. Ressalta que a falta de interesse muitas vezes se dá pela demora nos procedimentos, o que ocorre em razão da demora na resposta de outros órgãos. Esclarece que a apuração feita pela Defensoria é possível mediante apuração de dados em outros órgãos. Conta que 195 dos procedimentos tiveram ofícios encaminhados à Brigada Militar, sendo que 108 deles foram respondidos. Destes, 15 pediram mais informações, 16 reencaminharam, 42 notificaram a instauração de termo circunstanciado ou inquérito policial militar e 19 negaram o fato. Alguns ainda estavam investigando. Destaca que muitos ofícios precisam ser reiterados, o que leva tempo. São apresentados número de ofícios respondidos e não respondidos. Em 197 expedientes foram encaminhados ofícios à Delegacia de Polícia, sendo 113 deles respondidos. Destaca que o Ministério Público é a instituição que menos respondeu os ofícios, sendo que, dos 195 encaminhados, apenas 28 foram respondidos. Ressalta que, quando respondiam que instauraram termo circunstanciado ou inquérito policial, não era possível saber se a instauração era em relação ao crime em tese, ou à violência policial. Destaca que apenas 25 foram reiterados, o que entendeu como em razão da recorrente ausência de respostas. Quanto ao Instituto Médico Legal, destaca que foram encaminhados 30 ofícios, sendo respondidos 16. Em relação à Corregedoria da Polícia Civil, foram encaminhados 12 ofícios, sendo 10 deles respondidos. 04 ofícios foram encaminhados





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

à Guarda Municipal. 37 ofícios foram encaminhados a Secretaria de Direitos Humanos, sendo 35 deles respondidos. Ressalta que as Secretarias de Direitos Humanos não acompanham os casos diretamente. Prof. Rodrigo conclui a apresentação afirmando que fizeram alguns cruzamentos de dados. Destaca que a maior parte das vítimas sofre agressões físicas, sendo que a maior parte de abuso de autoridade se dá em relação a mulheres. Em relação aos homens, há mais relatos de torturas. As mulheres sofrem mais discriminação e abuso sexual. Ressalta que há poucas vítimas idosas, sendo que, quando aconteceu, a maior parte foi por abuso autoridade. Nas demais faixas etárias há mais agressões físicas. Ressalta a dificuldade de diferenciação entre violência física e tortura. As denúncias em relação a Delegados são todas de tortura, o que mostra a permanência deste problema no sistema brasileiro. Ainda, ressalta que não há eficiência maior nos mecanismos de controle quando se trata de Delegado. No que tange a sargentos, há predominância de abuso de autoridade. Os soldados, em geral, são denunciados por agressão física. Isso teria a ver com o funcionamento da hierarquia militar. Quanto aos Delegados, o caso foi levado sempre diretamente à Defensoria. Destaca como problema o Ministério Público ser ausente do debate, sendo que tem órgão responsável pelo controle da polícia, o que se caracteriza como problema institucional. Esclarece que, em pesquisa realizada anteriormente, solicitou relatório de atividade de controle externo da polícia pelo Ministério Público, contudo, não havia. Em relação à Brigada Militar, destaca que não há qualquer atividade por parte do Ministério Público que se conheça. Em relação a operações especiais, também não se sabe se há acompanhamento do Ministério Público. Talvez por isso a Defensoria começa a assumir atribuição que não era dela. Percebe-se que a Corregedoria da Brigada Militar tem funcionado muito melhor do que outras instituições. Afirma que devemos pensar em mecanismos para que casos de violência policial saiam da invisibilidade e tenham consequências do ponto de vista institucional. Dra. Mariana agradece a apresentação e abre para manifestações, solicitando identificação e instituição dos participantes. **2)** O Dr. Marcos Rolim, professor universitário e diretor de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, cumprimenta pela pesquisa. Lembra da crise da segurança pública no Brasil e no Rio Grande do Sul. Ressalta que é difícil opinar sobre o aumento ou redução da violência policial com base nesses dados. Imagina que estamos lidando apenas com a ponta do *iceberg*. Ressalta que outras coisas podem aparecer em pesquisas mais amplas nas periferias de Porto Alegre. Lembra a prática abusiva da polícia brasileira. Fala sobre o tema da corrupção policial. Afirma que está bastante convencido de que não lidamos com “maças podres”, sendo o caso muito mais amplo. Afirma que é importante falar que os policiais também são vítimas nas suas instituições (vitimização dos policiais). Eles têm medo de não receber apoio da sua instituição. Em pesquisa anterior, 25% de policiais militares afirmaram terem sido vítimas de tortura durante a sua formação. Diz que o próprio discurso atual pressiona os policiais. Quanto ao papel das instituições, destaca a ideia de formação em direitos humanos, o que se perde se a instituição não for comprometida com os direitos humanos. Os protocolos internos afirmam uma coisa, mas





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ninguém das instituições policiais afirma que não haverá violência policial. Isso pela naturalização da ideia de que determinadas pessoas “merecem apanhar”. Ressalta que as reformas de gestão das polícias são fundamentais. Mas opina que o ciclo da polícia, do ponto de vista da violência, pode piorar. Hoje, como há duas polícias, deve haver um acordo para eliminar a violência. Se for uma só, elimina-se esse constrangimento. Ressalta que o Brasil não tem controle externo da polícia. A cidadania não tem como acompanhar uma ação policial de forma alguma. Os policiais acabam não prestando contas à população. Alberto Kopittke, Secretário da Segurança em Canoas, primeiramente saúda a todos. Afirma que o assunto ora tratado deve ser discutido pelos Comandos. E o controle da força é um dos elementos chaves para se mensurar a democracia. Enquanto for tabu, é sinal de que ainda não avançamos a um patamar superior de democracia. Ressalta que, em período de crise de segurança, maiores são os riscos. Destaca que se trata de elemento estrutural do Rio Grande do Sul, o que não é de agora, mas vem se agravando em razão de falta de política de segurança pública, que faz com que recaia somente sobre policiais a responsabilidade pela manutenção da segurança. A ausência de diretriz pelo Estado é elemento chave que aumenta a pressão para que as polícias resolvam tudo. No que tange à regulação do uso da força, lembra que aqui no Rio Grande do Sul não há nenhum protocolo que defina um padrão nas ocorrências policiais. Não se sabe o limite entre discricionariedade e arbitrariedade. A formação policial não é a questão, mas a subcultura. Destaca problema das democracias que saíram da ditadura, que é a transparência, que significa o modo de se relacionar com a sociedade. Afirma que as informações mudam práticas internas. Sugere que poderíamos ter lei estadual de acesso à informação antes de a federal ser aplicada. Quanto ao controle externo, lembra que a Inglaterra tem controle externo por ouvidor externo da rainha com mais de 2500 funcionários responsáveis por controlar a polícia do país menos violento do mundo. Ressalta que aqui o órgão que deveria controlar a polícia acaba estimulando a violência. Destaca que recomendações são mais importantes que punições e lembra do uso de câmeras por agentes policiais, para a segurança sua e dos demais cidadãos. A Dra. Mariana saúda o Major Monteiro e o Major Dagoberto, que representam a Brigada Militar. É passada a palavra à Dra. Ivana Battaglin, Promotora da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que inicialmente parabeniza o trabalho. Afirma que está há um ano na Promotoria de Direitos Humanos e recebe muitas demandas dos juizes das audiências de custódia. Conta que faz cópia do material das audiências e as encaminha à Promotoria de controle externo, sendo que com os originais está formando um grande Inquérito Civil para apurar as violações em espectro mais amplo. Há outro expediente instaurado para investigar a ação da Brigada Militar em manifestações populares. Em razão de tais expedientes, busca com outras instituições tratar a questão de forma conjunta, pois se trata de construção a ser feita com a Brigada Militar, e não de enfrentamento a ela. Ressalta que não está representando a instituição e que não sabe como é de fato feito o controle externo aqui em Porto Alegre. Conta que, quando atuava em São Gabriel,





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

fazia o controle externo, o que era muito difícil, pois não há estrutura suficiente no Ministério Público para investigar. Normalmente, apenas encaminha-se o caso e acompanha-se. Relata que, quando começou a receber notícias da audiência de custódia, passou a conversar com o colega do controle externo. Este disse que assumiu a competência, mas que não tem como investigar individualmente, pelo que apenas encaminha os casos para a Brigada Militar. Acrescenta que fica chateada pela exposição de opinião pessoal na pesquisa, que deve se limitar a expor dados. Dra. Fabiana Barth, Procuradora da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, ressalta que, além do controle externo, há um controle interno feito pela PGE. Afirma que há uma equipe que atua em casos de improbidade administrativa que acompanha os PADs, inclusive os com violência policial, dentro da Procuradoria do Estado. Busca-se, assim, uma medida proativa de reparação. Afirma que uma interface institucional nestes casos pode repercutir em avanços. Lembra também da violência estatal correspondente à questão salarial em relação aos policiais. É passada a palavra ao Major Rafael Monteiro, da Brigada Militar. Primeiramente, ressalta que não tem autorização institucional do Comando para representá-lo. Parabeniza pela pesquisa. Afirma que o controle da atividade policial é fundamental, ressaltando que trabalha com correição há 18 anos. Destaca que o ciclo completo traria dificuldade ao controle interno da polícia. Diz que é a sociedade, contudo, que tem que definir a polícia que quer. Ressalta que nossa sociedade é muito violenta, sendo que a polícia também está neste contexto. Salaria que a Brigada Militar faz milhares de flagrantes por ano, sendo que, pela pesquisa apresentada, o percentual de violência policial seria ínfimo. Destaca que não dá para se ter ideologização na polícia, pois a polícia é parte do Estado. Ressalta que o problema da violência não é do policial, cabendo a este apenas constatar o ilícito, podendo se utilizar de violência somente para se defender. Afirma que, conforme entendeu da pesquisa, não há seletividade no que tange à cor. Frisa o contexto de que a violência policial é um comportamento ínfimo e desviante. A Dra. Mariana cumprimenta as instituições presentes. É passada a palavra à Reginete Bispo, do Instituto Akanni, que parabeniza o trabalho. Diz que a pesquisa reafirma o que outras pesquisas apontam, que é a violência contra homens, jovens e negros. Afirma que a segurança pública é tema difícil e complexo, muito em razão da negação dos direitos humanos. Chamou-lhe atenção as reiteradas solicitações nos procedimentos do NUDDH, bem como o número de “não informados”. Destaca que o caso das polícias é muito mais sério que a simples formação. Refere certo autonomismo das polícias, não se sabendo a quem estão subordinadas. Quanto ao controle externo, ressalta que pouco se sabe, sendo que há ouvidorias e conselhos que nunca foram implementados. Já as corregedorias estão subordinadas às próprias polícias. Afirma que devem ser construídas alternativas de controle externo que saiam da comunidade, para além de Defensoria e Ministério Público. Salaria que a pauta da segurança pública é central, assim como a pauta racial. A fala é passada à Denise Dora, Ouvidora da DPE/RS, que parabeniza o CRDH. Afirma a importância do cruzamento de informações das instituições para o aperfeiçoamento das atividades. Destaca o dado referente à tortura praticada por Delegados de





Polícia. Diz que quando se fala em tortura como mecanismo de investigação policial, deve-se pensar em áreas em que a Defensoria teria possibilidade de atuação própria, como a abertura de uma campanha para a erradicação da tortura praticada por Delegados de Polícia, em aliança com o Comitê contra a Tortura, sociedade civil e Judiciário. Acrescenta que deve se pensar o que se ensina nas faculdades, ressaltando um papel mais amplo da educação. É passada a palavra à Julia Schirmer, que coordena o Comitê Estadual contra a Tortura. Continua a fala da Denise e afirma que se trata de grande iniciativa o que foi feito através da pesquisa apresentada. Achou o número de notícias de tortura muito baixo, ressaltando que há uma naturalização da prática de tortura. Afirma que um esforço importante é voltar à etapa inicial dos anos 90, em que se pensava em difusão de conceitos, a fim de que se problematize o conceito de tortura. Acredita que a sociedade civil pensou que algumas tarefas já estavam prontas, mas se trata de exercício contínuo. Afirma que esse número de tortura na Delegacia apresentado poderia ser refutado, no sentido de que é muito superior. Destaca que os casos que chegam ao Comitê ocorrem em locais abertos, por exemplo, em manifestações. Ressalta que há três relatórios do comitê, que estão disponíveis. Salaria que há obstáculos para se fazer a denúncia, devendo se pensar como se pode fazer para outra parte do público acessar os serviços da Defensoria. Questiona se os PADINs iniciam-se sempre mediante boletim de ocorrência. A Dra. Mariana responde que muitos sim, mas outros iniciam-se de outras formas, como por auto de prisão em flagrante. A base, contudo, se dá em cima de boletins de ocorrência. Muitos expedientes têm início a partir de acolhimentos com relatos minuciosos, mas são a minoria. Julia afirma que no Comitê há casos de pessoas que não conseguiram registrar boletim de ocorrência. Sugere análise de como é o PADIN a partir de um acolhimento e o que acontece quando existe a partir de um boletim de ocorrência. Ressalta que deve se buscar a problematização do próprio boletim de ocorrência. A fala é passada ao Régis Rafael Ribeiro Lisboa, do SAJU/UFRGS. Refere o papel da pesquisa no que tange à interpretação de dados, ressaltando que o Ministério Público precisa dar explicações, pois se omite no seu papel de proteção de direitos. Compreende que os dados têm algum desvio quanto a dados sociais e raça, pois os dados que chegam são os atinentes às manifestações políticas, e não o extermínio que acontece na periferia. Como militante, percebe que a maior parte das violências se dá contra mulheres, negras e pobres. Destaca que há seletividade da Brigada Militar, o que precisa ficar explícito. Afirma que há dificuldade das instituições e organizações em se articular para que a Brigada se posicione publicamente sobre os seus procedimentos. É passada a palavra à Defensora Pública Dra. Aline Telles, membro do NUDDH. Conta que contribui como Defensora no interior do Rio Grande do Sul há 4 anos. Percebe que há temor muito grande em fazer a denúncia, principalmente no interior, o que se reflete nos dados e tem razão de ser. Destaca que algumas vezes a pessoa denunciava, mas não tinha a denúncia apurada e ainda respondia por denúncia caluniosa. **3)** Encerradas as manifestações, a Dra. Mariana afirma que acha muito interessante a proposição do Alberto no que tange à legislação estadual com indicadores do uso da força pela





DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

segurança pública. Ressalta o enfoque estrutural em relação às recomendações que as instituições podem fazer em conjunto. Refere a fala da Dra. Fabiana sobre a atuação conjunta com a Procuradoria do Estado. Destaca, outrossim, a fala da Reginete sobre o controle externo e interno e a instituição do Conselho de Segurança Pública do Estado, bem como o debate a partir dos grupos vulnerabilizados, que fecha com a ideia do colocado pelo Régis e pela Julia. Conforme Júlia e Denise, refere a importância da problematização do conceito de tortura, sendo que os integrantes do sistema de justiça têm muita dificuldade de identificar a tortura. Por fim, coloca a provocação das demais instituições para que se envolvam no debate. Afirma que anotou a sugestão de comparação dos PADINs com boletim de ocorrência com os do acolhimento integral. Passada a palavra ao Prof. Rodrigo, este ressalta que esta é uma pesquisa singela que foi possibilitada por duas bolsas de iniciação científica. Destaca a importância de se aliar a pesquisa à universidade. Salienta que, pela própria limitação da fonte, essa pesquisa mais levanta questões do que traz respostas. Quanto ao Ministério Público, afirma que a pesquisa apenas registra o que acaba reforçando uma ideia em relação ao papel do Ministério Público. Destaca a importância da etnografia do local na pesquisa, o que se percebe no contexto do local em que foram constatados os dados e gera impressões nos pesquisadores. Destaca que o Ministério Público de 1988 não é o mesmo de hoje. Dra. Mariana esclarece procedimento quanto à reiteração de ofícios. O Prof. Rodrigo afirma que o desdobramento da audiência pública já é um resultado muito importante da pesquisa. O resultado será publicado em artigo na revista da Defensoria. Em relação à Brigada Militar, achou importante a manifestação do Major Monteiro, mas ela reflete a postura de reticência da Brigada Militar quanto à sua responsabilidade institucional na violência policial. Ressalta o predomínio branco na Brigada, o que também está por trás de uma diferença de atuação. Assevera que há seletividade racial, o que a pesquisa não refuta. Afirma que nada é ataque à polícia, sendo que o objetivo é a atuação conjunta. Destaca que temas como corporativismo devem ser enfrentados. Reforça que todos tem responsabilidade quanto à situação da violência, inclusive a Universidade. Informa quanto a graduação em segurança pública que se iniciará na PUCRS. No que tange aos resultados da pesquisa, afirma que deverão ser incorporados no relatório e no artigo. A Dra. Mariana agradece a todos os presentes, salientando que a Defensoria está de portas abertas com o fim de defesa intermitente dos direitos humanos, encerrando o evento. E nada mais havendo, foi encerrada a presente, que vai assinada por mim, Luana Borba Iserhard, Analista Processual, lotada no Centro de Referência em Direitos Humanos.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ciente do teor do registro do evento, o mesmo foi **APROVADO**.

Em 19.09.2016.

MARIANA PY MUNIZ CAPPELLARI

Defensora Pública

Dirigente do NUDDH

